



ECD e ECF: Colégio de Contabilidade já busca padronização no preenchimento

02/09/19

Especialistas já se debruçam sobre a questão do preenchimento da escrituração contábil digital (ECD) e fiscal (ECF), algo que representa uma dificuldade a ser superada na medida em que atualmente não poucas entidades preenchem as fichas de forma distinta, seguindo modelos diversos. É preciso buscar uma padronização para evitar problemas.

Reunido na última sexta-feira (30), em Vitória, o Colégio de Coordenadores das Comissões Regionais de Contabilidade da Abrapp, integrado também por nomes indicados pela Ancep, deliberou divulgar um documento com orientações no sentido de se alcançar essa padronização. Proposta no intuito dessa maior uniformização será apresentada na reunião de novembro pelo Secretário-executivo do Colégio e Conselheiro da Ancep, Geraldo Assis.

Ele explica que assim a Ancep e a Abrapp se preparam para encaminhar uma solução para um problema que, na verdade, só será sentido em 2020.

Presentes à reunião em Vitória, o diretor da Abrapp, Erasmo Cirqueira Lino, e o Presidente da Ancep, Roque Muniz de Andrade, destacaram de forma conjunta dois dos principais significados do evento que se realizava na capital capixaba, de um lado a parceria entre as duas associações, de outro a integração do Colégio de Contabilidade às comissões técnicas regionais, algo expresso na participação dos integrantes da CTR Sudeste de Contabilidade

Orçamentos: evento vai acontecer no Rio no dia 19

A Ancep vai realizar em setembro e outubro próximos o seminário **Orçamento EFPCs- Gestão e Práticas Aplicadas aos Fundos de Pensão**, tendo como instrutora uma das maiores especialistas em controladoria em nosso segmento. Maria Elizabete da Silva (foto) é Controller da FACHESF, Diretora Técnica da ANCEP e Coordenadora da Comissão Técnica Regional Nordeste de Contabilidade da ABRAPP.

Pós-graduada em Finanças, Auditoria, Controladoria, Gestão Orçamentária e Custos, Instrutorada Ancep, Uniabrapp e Fachesf; e professora do Centro Universitário Estácio.

A maioria das cidades e datas em que a série de apresentações do seminário terá lugar já foi definida: Rio de Janeiro (RJ)- 19/09/19; São Paulo (SP) – 01/10/19; Salvador (BA) – 07/10/2019; Porto Alegre (RS)- 11/10/2019; e Recife (PE)- 21/10/19. Ainda estão em aberto as datas das apresentações em Brasília, Curitiba, Fortaleza e Belo Horizonte.

Palocci fala em possível propina em compra de ações pela Petros

O ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil Antonio Palocci relatou em depoimento à PF suposta propina de R\$ 20 milhões que teria sido paga pela Camargo Corrêa em troca de interferência do governo para que a Petros adquirisse ações que a empresa possuía na holding Itaúsa.

Os fatos se desenrolaram em 2010. Tanto o PT quanto a defesa da Camargo Corrêa e de seus acionistas, acrescenta o VALOR ECONÔMICO, negam de maneira enfática a acusação e ressaltam que a delação de Palocci não foi aceita pelo

Ministério Público Federal (MPF). A Petros disse apenas que colabora com as autoridades. Palocci contou que "o negócio efetivamente deu certo, sobretudo em virtude da forte atuação de Luiz Gushiken".

A Petros, pagou R\$ 14,48 por papel - ou cerca de 15% a mais do que a cotação de mercado. A operação movimentou R\$ 2,8 bilhões. A justificativa do fundo de pensão para pagar mais pelos papéis do que o valor apontado na tela da bolsa foi o fato de serem ações ordinárias, com direito a voto, e que, portanto, deveriam embutir um "prêmio" por participação no controle da empresa. A Petros promoveu pelo menos duas investigações internas a respeito. A primeira delas, conduzida pelo então presidente Henrique Jäger, em 2015, não apontou irregularidade na operação. Mas uma segunda avaliação, feita três anos depois, quando o presidente da Petros era Walter Mendes, levou o fundo a processar dirigentes e conselheiros, em busca de indenização.

Essa segunda análise apontou que a justificativa de prêmio de controle não cabia para a operação. Isso porque a Itaúsa é controlada por duas famílias, Setubal e Vilela, que detêm, juntas, mais de 60% das ações e controlam a empresa por meio de um acordo de acionistas. Não havia no mercado nenhuma expectativa de mudança de controle.

Se um prêmio de controle fizer sentido para uma ação, normalmente ele já é embutido na cotação pelo mercado. Para piorar a justificativa apresentada, a fatia adquirida pela Petros, de 11,45%, sequer dava ao fundo o direito de ter um assento no conselho de administração da Itaúsa. Para conseguir pleitear a vaga, a Petros, após a compra do lote da Camargo, passou a fazer compras diárias do papel, inflando as cotações nos meses seguintes, até alcançar os 15% que lhe dariam uma vaga no colegiado. Quando o fundo bateu nesse percentual e deixou de atuar nos pregões, as cotações da Itaúsa voltaram para a média de 2010.

Disparam pedidos de aposentadoria de servidores

O avanço da reforma da Previdência deflagrou uma corrida por aposentadorias entre servidores do Poder Executivo, numa debandada tão intensa que não encontra paralelo recente no funcionalismo federal. Em apenas sete meses, mais de 24 mil funcionários públicos pediram o benefício, de acordo com dados do Ministério da Economia, notícia O ESTADO DE S. PAULO.

A quantidade de solicitações recebidas este ano ainda deve subir, porque há milhares de servidores ativos que já cumpriram os requisitos para a aposentadoria. Por permanecerem trabalhando, eles recebem um abono no mesmo valor da contribuição previdenciária, mas podem exercer o direito de se aposentar a qualquer momento.